

**COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL
CESAMA**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
Findo em 31 de dezembro de 2021**

**COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL
CESAMA**

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Findo em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo:

✓ Apresentação.....	pág. 04
✓ Metodologia do Trabalho.....	pág. 06
✓ Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2021.....	pág. 08
✓ Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas.....	pág. 13

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

(1.1) Com vistas à execução dos trabalhos referente à auditoria independente, voltada ao exame das demonstrações financeiras findas em **31 de dezembro de 2021**, informamos que a documentação da **COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL - CESAMA**, foi analisada durante o período de **01 de fevereiro a 17 de março de 2022**.

(1.2) Os trabalhos foram realizados segundo padrões usuais de auditoria, incluindo, conforme o caso, aplicação de testes e exames sobre as operações, livros, registros, documentos e posições contábeis e auxiliares em geral, numa base seletiva, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias.

Apresentação

APRESENTAÇÃO

Firma de Auditoria

Nome empresarial: **CONVICTA Auditores Independentes S/S**

Endereço: RUA Dom Vital, 115, sala 15, Farol - CEP: 57051-200,
Maceió - Alagoas - Brasil

Inscrições: CNPJ nº 03.061.922/0001-05
CRC/AL nº 196 - CVM nº 7.706 - CNAI-PJ nº 62
CVM / SUSEP / BACEN / OCB / IBRACON / IIA BRASIL / MP-AL

Responsável Técnico: Carlos Henrique do Nascimento
Contador - CRC/AL nº 3.376 | CNAI nº 594

Entidade Auditada

Nome empresarial: **Companhia de Saneamento Municipal - CESAMA**

Endereço: Av. Barão do Rio Branco, nº 1843, 9 10 11 andares, CEP 36.013-020, Centro, Juiz de Fora - MG

Inscrição: CNPJ nº 21.572.243/0001-74

Presidente: Julio Cesar Teixeira

Contador: Robson Dutra Ferreira
CRC MG-070057/O

✓ Metodologia de Trabalho

METODOLOGIA DE TRABALHO

Os trabalhos foram realizados em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) aplicáveis à auditoria independente, instituídas pelas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e em consonância com a legislação vigente, envolvendo a análise das operações realizadas juntamente com seus respectivos registros contábeis, através da documentação probante e outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias, em grau e profundidade suficiente à emissão do relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em **31 de dezembro de 2021**.

Utilizamos os procedimentos representativos da técnica de seleção de amostragens indicada para este tipo de trabalho, inclusive efetuando a análise de controles internos existentes na Entidade.

Nosso trabalho foi desenvolvido obedecendo uma linha de ação sequenciada, tendo como objetivo precípuo a constatação do atendimento das finalidades, conforme exposto a seguir:

- a) Planejamento dos trabalhos de auditoria;
- b) Contatos com os responsáveis pelas áreas: contábil, administrativa e financeira, envolvidos com a movimentação dos recursos, registros contábeis e outros documentos, para um melhor entendimento das operações realizadas;
- c) Conhecimento e análise das transações praticadas, com a finalidade de conhecer os principais fluxos de documentos e informações, bem como as funções básicas de seus controles internos e contábeis;
- d) Avaliação e mensuração dos sistemas de controles internos utilizados, visando a constatação de sua segurança, principalmente, no tocante a existência da segregação de funções e responsabilidades;
- e) Testes das transações escrituradas na contabilidade, com base nos relatórios e demonstrativos contábeis, a fim de avaliar a sua consistência e o cumprimento dos contratos, normas e dispositivos legais;
- f) Quantificação e avaliação realizadas sobre os saldos das rubricas integrantes das demonstrações financeiras, visando, com base nos resultados das constatações, apresentar este relatório, expressando nossa opinião sobre as demonstrações financeiras auditadas;
- g) Avaliação da base contábil de continuidade operacional usada pela Administração.

**✓ Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras findas
em 31 de dezembro de 2021**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Assembleia Geral e Presidência da
COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL - CESAMA
Juiz de Fora - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL - CESAMA**, que compreendem o balanço patrimonial em **31 de dezembro de 2021** e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL - CESAMA**, em **31 de dezembro de 2021**, o desempenho de suas operações seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com Ressalva

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a **CESAMA** não possuía informações e controles internos individuais adequados e suficientes em relação aos bens patrimoniais apresentados no ativo imobilizado, cujo custo contábil naquela data totalizou R\$ 545.552 mil, bem como a respectiva depreciação acumulada, no valor de R\$ 182.334 mil (nota explicativa 9); cujos efeitos estão sujeitos a levantamentos patrimoniais com vistas a atender a NBC TG 27 – Ativo Imobilizado. Como comentado na nota explicativa “3.f”, não foi realizada a análise e teste quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado (NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos). A ausência de controles e informações adequadas, de análise e de teste de recuperabilidade desses ativos não permitiu avaliar a existência de possíveis perdas de ativos registrados com valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda relativos ao ativo, naquela data. Sendo assim, não foi possível, nas circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos adicionais de auditoria, concluirmos sobre os saldos contábeis dessas contas, bem como os possíveis efeitos que possam vir a impactar as demonstrações financeiras do exercício findo naquela data.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à **CESAMA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfases

IRPJ

Conforme mencionado na nota explicativa nº 26.1, desde maio de 2010, a **CESAMA** obteve liminar favorável à suspensão da obrigatoriedade do recolhimento do IRPJ, pela qual foi deferida Tutela Antecipada pela Juíza Federal Titular da 3º Vara de Juiz de Fora. E com base nesta tutela, a **CESAMA** não recolheu o IRPJ devido a partir do mês de maio de 2010 até o encerramento do exercício. O valor apurado em 2021 foi de R\$ 15.252, o valor apurado até 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 110.454 que está registrado no Passivo Não Circulante. A citada decisão ainda está sujeita a recursos. Nossa opinião não apresenta ressalva relacionada a esse assunto.

COVID-19

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 27, no tocante aos efeitos do COVID-19 sobre as demonstrações financeiras. A Administração da **CESAMA** entende que não houve necessidade de eventuais mudanças nas premissas e julgamentos atualmente adotados, ou de ajustes nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2020, e como resultado da implementação de medidas de monitoramento constante, a **CESAMA**, estima que manterá equilibrado seu fluxo de caixa. Com isso, acredita ter recursos adequados para continuar suas operações no curto prazo e médio prazo, deste modo, o pressuposto de *going concern* foi aplicado na preparação das demonstrações financeiras findas naquela data. Nossa opinião não apresenta ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria correspondente ao exercício anterior

Os valores referentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, as demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido referentes ao exercício findo naquela data, que estão sendo apresentadas pela Administração da **Companhia** como informações suplementares e comparativas, foram por nós revisadas e sobre as quais emitimos relatório com ressalvas, datado em 6 de abril de 2021, com ressalvas: (i) ausência de realização de testes de recuperabilidade nos ativos imobilizados e, (ii) efeitos da ausência de recolhimentos do IRPJ com base em decisão judicial.

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da administração da **CESAMA**, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, exceto pelos efeitos descritos no tópico “Base para Opinião com Ressalvas sobre as Demonstrações Financeiras”.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **CESAMA** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a **CESAMA** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da **CESAMA** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- (a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- (b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **CESAMA**.
- (c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- (d) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida

significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **CESAMA** a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maceió/AL, 17 de março de 2022.

CONVICTA
AUDITORES
INDEPENDENTES S
S:03061922000105

Assinado de forma digital por
CONVICTA AUDITORES
INDEPENDENTES S
S:03061922000105
Dados: 2022.04.06 17:58:18
-03'00'

CONVICTA
Auditores Independentes S/S
CRC/AL nº 196 | CVM nº 7.706 | CNAI-PJ nº 62

CARLOS
HENRIQUE DO
NASCIMENTO:259
12690415

Assinado de forma digital
por CARLOS HENRIQUE DO
NASCIMENTO:2591269041
Dados: 2022.04.06 17:58:41
-03'00'

Carlos Henrique do Nascimento
Contador
CRC/AL nº 3.376 | CNAI nº 594

✓ Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas

COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL - CESAMA
CNPJ nº 21.572.243/0001-74

Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

Ativo	Notas	2021		2020	
Circulante		203.915	178.791	48.115	46.390
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	46.608	35.664	10.166	9.377
Contas a Receber de Clientes	5	34.366	36.495	7.336	5.565
Estoques de Materiais	6	6.176	4.336	2.089	2.014
Impostos a Recuperar	8	5.885	5.173	7.898	7.277
Recursos Vinculados	4	109.119	94.993	14.852	16.352
Outros Ativos	7	1.761	2.130	5.774	5.805
Não Circulante		372.388	320.710	156.209	117.666
Realizável a Longo Prazo		4.186	3.399	680	416
Depósitos Judiciais	17	353	286	36.106	14.968
Outros Valores Realizáveis	7	3.833	3.113	111.851	94.569
Imobilizado		363.218	312.285	1.985	1.985
Intangível	10	4.984	5.026	5.587	5.728
Patrimônio Líquido		371.979	335.445	371.979	335.445
Capital Social				299.464	161.000
Reservas de Capital				1.416	1.416
Reserva Legal				17.375	15.536
Reservas p/ planos de Investimentos				34.944	138.464
Reserva de Contingência				4.684	4.684
Ajuste de Avaliação Patrimonial				14.096	14.345
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		576.303	499.501	576.303	499.501

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL - CESAMA
CNPJ nº 21.572.243/0001-74
Demonstrações de Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Em Reais)

	Notas	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22	216.222	214.087
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	23	(68.614)	(65.716)
LUCRO BRUTO		147.608	148.371
(-) Despesas Gerais	24	(473)	(661)
(-) Despesas Administrativas	24	(75.699)	(67.949)
(-) Despesas Tributárias		(1.537)	(2.537)
(-) Remuneração Diretores		(496)	(593)
(+) Outras Receitas Operacionais		354	933
		(77.851)	(70.807)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		69.757	77.564
Resultado Financeiro	25	2.958	(351)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		72.715	77.213
(-) Imposto de Renda	26.1	(15.252)	(17.064)
(-) Contribuição Social	26.2	(5.512)	(6.165)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES		51.950	53.984
Participações		(917)	(1.045)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		51.034	52.939
Juros S/ Capital Proprio		(14.250)	(12.042)
Lucro por Ação		0,32	0,33

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL - CESAMA
CNPJ nº 21.572.243/0001-74
Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

Notas	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro Líquido do Exercício	51.033	52.939
Outros Resultados Abrangentes		
Ajuste de Exercícios Anteriores		(236)
Lucro Líquido do Exercício Ajustado	<u>51.033</u>	<u>52.703</u>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL - CESAMA

CNPJ nº 21.572.243/0001-74

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Notas	Capital Social	Reserva de Capital	Legal	Reserva de Lucros			Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
					Investimentos	Reserva de Incentivos Fiscais				
Saldos em 31 de dezembro de 2019		161.000	1.416	13.502	116.448	4.184	14.595	-	311.145	
Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	-	52.939	52.939	
Ajuste de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	-	(235)	(235)	
Constituição Reserva Legal		-	-	2.034	-	-	-	(2.034)	-	
Constituição da reserva de investimentos		-	-	-	38.128	-	-	(38.128)	-	
Constituição da reserva de incentivos fiscais		-	-	-	-	500	-	(500)	-	
Reversão de Reserva de Investimentos		-	-	-	(16.112)	-	-	16.112	-	
Dividendos e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	(28.154)	(28.154)	
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	-	(250)	-	(250)	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	23	161.000	1.416	15.536	138.464	4.684	14.345	-	335.445	
Aumento de Capital		138.464	-	-	(138.464)	-	-	-	-	
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	-	51.033	51.033	
Ajuste de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	-	-	-	
Constituição Reserva Legal		-	-	1.839	-	-	-	(1.839)	-	
Constituição da reserva de investimentos		-	-	-	34.944	-	-	(34.944)	-	
Constituição da reserva de incentivos fiscais		-	-	-	-	-	-	-	-	
Reversão de Reserva de Investimentos		-	-	-	-	-	-	-	-	
Dividendos e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	(14.250)	(14.250)	
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	-	(249)	-	(249)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	23	299.464	1.416	17.375	34.944	4.684	14.096	-	371.979	

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL - CESAMA
CNPJ nº 21.572.243/0001-74
Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Em Reais)

	Notas	2021	2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Exercício		51.033	52.939
Ajustes do Lucro Líquido			
Depreciação e Amortização		12.458	11.748
Provisões p/ Contingências		141	(703)
Realização de Avaliação Patrimonial		(274)	(274)
Variação Monetária Financiamento		1.416	597
Resultado Baixa Imobilizado		125	(107)
Receita Venda Imobilizado		(6)	(107)
Custo Baixa Imobilizado		131	-
Lucro Líquido do Exercício Ajustado		64.899	64.200
Variação nas Contas Ativas e Passivas			
Ativas			
Contas a receber de clientes		2.129	(455)
Estoques		(1.840)	100
Impostos a recuperar		(712)	(1.003)
Outras contas a receber		(351)	2.071
Depositos Judiciais		(67)	-
Passivas			
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros		1.053	3.166
Salários provisões e encargos		621	2.201
Impostos e contribuições a recolher		17.357	93.201
Outros		(31)	(78.210)
Caixa Gerado (ou Aplicado) nas Atividades Operacionais		83.059	85.271
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado		(66.027)	(32.411)
Recebimento de venda do imobilizado		6	107
Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos		(66.021)	(32.304)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Novos Financiamentos		27.793	-
Pagamentos Financiamentos		(7.720)	(7.287)
Dividendos e Juros s/ capital próprio		(12.041)	(21.544)
Caixa Aplicado nas Atividades de Financiamentos		8.032	(28.831)
Geração de Caixa e Equivalentes de Caixa no Exercício		25.070	24.136
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		130.657	106.521
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício		155.727	130.657
Geração de Caixa e Equivalentes de Caixa no Exercício		25.070	24.136

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL - CESAMA
CNPJ nº 21.572.243/0001-74
Demonstrações do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

	Notas	<u>2021</u>	<u>2020</u>
RECEITAS		235.551	232.136
Venda de serviços		239.069	236.632
Provisão p/ crédito de liquidez duvidosa		(3.728)	(5.430)
Outras Receitas		210	934
INSUMOS		64.529	54.771
Custos dos serviços vendidos		12.292	11.311
Materiais, Energia, Serviços de terceiros e outros		51.075	43.358
Perda Recuperação de Ativos		973	1
Indenizações		189	101
VALOR ADICIONAO BRUTO		171.022	177.365
RETENÇÕES		12.318	11.085
Depreciações		12.418	11.748
Amortizações		41	40
Contingências		(141)	(703)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		158.704	166.280
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANFERÊNCIA		8.524	3.733
Receita Financeira		8.524	3.733
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		167.228	170.013
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		167.228	170.013
PESSOAL		54.951	54.310
Remuneração Direta		40.786	40.191
FGTS		4.167	4.347
Benefícios		9.998	9.772
GOVERNO		56.539	59.276
Federal		55.007	58.007
Estadual		1.422	1.154
Municipal		110	115
REMUNERAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEITOS		4.706	3.488
Despesas Financeiras		3.481	2.372
Aluguéis		1.225	1.116
REMUNERAÇÃO DE CAPITAL PRÓPRIO		51.032	52.939
Juros sobre capital próprio e dividendos		14.249	12.042
Lucros Retidos		36.783	40.897

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia de Saneamento Municipal - CESAMA **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL – CESAMA é uma empresa pública Municipal de Juiz de Fora, criada pela Lei nº 7.762/90 e regida pela Lei Municipal 13.473/2016, pelas Leis Federais 6.404/76, 11.445/2007 e a Lei das Estadais 13.303/2016. Com patrimônio próprio, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, de duração indeterminada. Com objeto social de planejar e executar o sistema público de abastecimento de água e esgotamento sanitário visando à universalização do acesso, sem prejuízo da sustentabilidade econômico-financeira a longo prazo, em cumprimento à política de gestão e às regras regulatórias do setor ditado pelo Poder Executivo municipal, titular do serviço de saneamento. Sendo o valor das Tarifas regulados pela ARSAE – Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais até abril de 2020, a partir de setembro de 2020 a regulação passou ser realizada pela Agência reguladora Intermunicipal de Saneamento Básico de Minas Gerais - ARISB .

2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas sobre a égide da Estrutura Conceitual, objetivando fornecer informações para a tomada de decisões, sendo estas apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em simetria com os Pronunciamentos Contábeis (CPC) além de estar alinhada com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, bem como em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e suas atualizações. A companhia vem adotando o pronunciamento CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado por entender ser um demonstrativo de grande importância para a sociedade. A companhia adota as avaliações e os procedimentos necessários para a apresentação das demonstrações contábeis em conformidade com novas práticas contábeis.

Essas demonstrações são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A administração da Companhia autorizou a conclusão da presente demonstração contábil em 08 de abril de 2022, que é a data da aprovação das demonstrações financeiras pela Diretoria Executiva e encaminhamento ao Conselho de Administração.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos proporcionais até a data do Balanço, não ultrapassando o valor de mercado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas, e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Os instrumentos financeiros da Companhia encontram-se registrados em contas patrimoniais. A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

b) Contas a receber

Refere-se às contas de créditos com os usuários pelo fornecimento de água e pelos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário e demais serviços correlatos. Incluem, também, créditos por fornecimentos prestados e não faturados até a data do balanço para atendimento ao princípio de reconhecimento de receita.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável. Uma provisão para perda do valor recuperável das contas a receber de clientes é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis. No ano de 2021 a inadimplência da Companhia em 30 dias a média foi 28,17%, em função do corte que só ocorrer após 60 dias, reduzindo ao longo do tempo, onde em um ano a média cai para 5,94%.
3%.

c) Provisão para crédito de liquidação duvidosa:

A metodologia utilizada nos últimos exercícios para o cálculo da provisão de crédito de liquidez duvidosa, considera-se os valores em aberto de 2009 até o exercício anterior ao do encerramento, neste caso (2009 a 2020) totalizando R\$ 16.456 mil, deste valor é expurgado os valores que estão ajuizados totalizando R\$ 1.015 mil, com isto temos a base ajustada em R\$ 15.441 mil, em seguida apura-se em cada exercício o percentual correspondente, destes percentuais apuramos a média a ser utilizada, que neste ano foi de 8,33% conforme demonstrado abaixo

Valores em R\$ mil

<u>Taxa (s/2008 e 2020)</u>	<u>Período</u>	<u>Saldo</u>	<u>Ajuizadas</u>	<u>Valor Líquido</u>
1,34%	2009	264	58	206
1,17%	2010	249	69	181
1,52%	2011	302	68	234
2,00%	2012	433	123	309
1,89%	2013	452	160	292
1,76%	2014	526	254	272
2,26%	2015	421	72	349
6,21%	2016	1.006	48	958
10,45%	2017	1.685	70	1.614
16,78%	2018	2.622	32	2.591
23,00%	2019	3.567	17	3.551
31,63%	2020	4.929	44	4.884
Média				
8,33%		16.456	1.015	15.441

Com estes dados apurados, aplicamos o percentual da média sobre a base ajustada, que representou o valor médio dos anos de R\$ 1.287, em seguida multiplicamos pelos períodos em análise, neste caso correspondeu a 13 períodos (2009 a 2021), com PCLD de R\$ 16.728 mil, conforme demonstrado abaixo:

Valores em R\$ mil

Base Ajustada 2009 a 2020	15.441
Média da taxa apurada	8,33%
PCLD por período	1.287
Períodos em análise	13
Total PCLD correspondente ao período em análise	16.728

d) Estoques de materiais

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto, bem como aqueles destinados a projetos, estão demonstrados ao custo médio de aquisição, sendo classificados no ativo circulante.

e) Créditos tributários

Os créditos tributários são calculados considerando as consequências fiscais atuais e futuras, também de diferença temporária tributável no futuro, de acordo com a determinação das práticas contábeis adotadas no Brasil.

f) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos do valor de depreciação. Relativamente as depreciações e amortização são calculadas de acordo com o método levando em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens e às taxas de depreciação referidas na nota 09. A companhia não realizou em 2021 estudo de recuperabilidade de seus ativos. Sendo iniciado em 2021 o processo licitatório Pregão Eletrônico de número 035/21 para a contratação de empresa especializada, sendo o resultado divulgado em 27/01/2021 e ordem de serviço emitida em 28/03/2021

g) Intangível

O intangível é registrado ao custo histórico de formação, sendo amortizado linearmente levando em consideração o tempo de vida útil e as taxas de amortização demonstradas na nota 10.

h) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas. Os empréstimos são subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso da taxa de juros de mercado para o mesmo título de dívida caso este não fosse conversível, obtida junto à instituição financeira que o concedeu. Esse valor é registrado como passivo com base no custo amortizado, até que esta obrigação seja extinta na conversão ou no vencimento dos títulos de dívida. Este é reconhecido e incluído no patrimônio líquido, líquido dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social. O valor contábil da opção de conversão não é reavaliado em exercícios subsequentes.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

i) Salários e encargos sociais

Os salários, provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares, quando negociados em acordos coletivos de trabalho, com os encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

j) Provisão para contingências

São constituídas provisões para fazer face às contingências e obrigações legais potenciais, sendo as mesmas calculadas, tendo por base a correspondente probabilidade de perda baseada na opinião de seus assessores jurídicos. A Companhia constitui provisão para contingências, nos montantes considerados necessários para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho desfavorável de processos trabalhistas, tributários, cíveis e ambientais, os quais estão em andamento.

k) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda, registrado no resultado, é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente – 15% acrescido de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240 mil anuais. A partir de maio de 2010 a Companhia obteve liminar favorável a suspensão da obrigatoriedade do recolhimento do imposto de renda. Neste sentido, a CESAMA não realizou o recolhimento do imposto de renda devido. Mesmo com liminar favorável a Companhia continua a realizar o cálculo do IRPJ, o valor apurado do IRPJ vem sendo registrado diretamente no resultado e em contrapartida na conta do IRPJ a recolher no passivo não circulante, de 2010 a 2020 o valor está registrado em R\$ 110.454 mil.

A contribuição social, registrada no resultado, é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%.

l) Dividendos e Juros sobre capital próprio

O dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício social. Sendo que a destinação do lucro observará a legislação pertinente e os limites aos quais possa se sujeitar a CESAMA em razão de imunidade, isenção, benefícios fiscais ou decisões de órgãos administrativos ou judiciais. O dividendo poderá ser pago pela Companhia sob a forma de juros sobre capital próprio (JSCP). A parcela dos dividendos paga sob essa forma será calculada nos termos do artigo 9º da Lei Federal n. 9.249/1995, os JSCP foram registrados no resultado do exercício, na rubrica despesas financeiras, conforme determina a legislação fiscal, e, para fins de publicação das demonstrações financeiras, os juros sobre capital próprio estão apresentados a débito de lucros acumulados.

m) Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, quando aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Companhia. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para créditos de cobrança duvidosa e provisão para outros riscos e encargos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes aos processos de elaboração e revisão dessas estimativas. A Companhia revisa as suas estimativas, no mínimo, anualmente.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações,

Companhia de Saneamento Municipal – Cesama
Avenida Barão do Rio Branco, 1843/10º andar - Centro
CEP: 36.013-020 | Juiz de Fora - MG | Telefone: (32) 3692-9147

requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa; e
- Provisão para contingências.

n) Reconhecimento de receita

Receita de Serviços: as receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência, as receitas de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas à medida que a água é consumida e os serviços são prestados. São reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação destes serviços e são apresentadas líquidas dos impostos sobre o valor agregado, devoluções e descontos incidentes sobre as mesmas, incluindo ainda os valores dos acréscimos por impuntualidade de clientes (multa).

A Companhia reconhece a receita quando: I) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; II) é provável que os valores serão arrecadados; III) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e IV) os bens e serviços são entregues.

Receita de Contrato com Cliente CPC 47: a Companhia avaliou e não possui ativos de contrato, assim não adotou o CPC 47 / IFRS 15 com aplicação a norma na data inicial de 1º de janeiro de 2019.

o) Instrumentos financeiros

Aplicações Financeira: A Companhia tem como prática histórica fazer aplicações de baixo risco. As aplicações são realizadas com o intuito de manter a valorização dos recursos, são gerenciados num modelo de negócios cujo objetivo é de recolher apenas fluxos de caixa contratuais (juros e principal) subsequentemente mensurados ao custo amortizado, de acordo com o CPC 48.

Clientes: As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, são mensurados pelo preço de transação no reconhecimento inicial e subsequente, determinado pelo CPC 47. O ativo é classificado e mensurado pelo custo amortizado pois gera fluxos de caixas que são exclusivamente para pagamento de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia fatura os serviços de água e esgoto mensalmente com vencimento médio de 10 dias.

Fornecedores: A Companhia não financia compras com fornecedores e seus prazos médios de vencimento são de 30 dias. É mensurado inicialmente pelo valor de transação

que corresponde ao seu valor justo e subseqüentemente ao custo amortizado. Além de possuir uma política de pagamento que contempla a antecipação aos fornecedores.

p) Arrendamentos

A companhia avaliou os impactos na aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IRFS 16 sobre as demonstrações financeiras, identificando e separando os contratos que são isentos de reconhecimento (curto prazo, baixo valor) todos que atendem aos quesitos da norma. Sendo os isentos registrados como despesa e os demais como Ativo de arrendamento com saldo líquido de 205 mil e R\$ 962 mil em 2021 e 2020, respectivamente.

q) Contas de Destinação Específica

Foi desenvolvido pela Agência Reguladora (ARASE - MG), no processo de revisão tarifária de 2016, o conceito de Contas de Destinação Específica para reservar recursos a serem utilizados em áreas específicas, visando a melhoria da eficiência na prestação do serviço. Estes recursos, obtidos através da aplicação de percentuais sobre a Receita Tarifária de Aplicação (Calculada pela aplicação das tarifas de aplicação sobre o mercado faturado, deduzidos das vendas canceladas), devem ter um tratamento regulatório e contábil diferenciado, para viabilizar o cumprimento de metas. O percentual utilizado a partir de abril de 2020 foi de 8,7% sobre o Faturamento da Tarifa de Água e Esgoto, para abastecer estas Contas de Destinações Específicas foram divididas em Programa Controle de Perdas com 1%, Proteção a Mananciais com 0,5%, e Investimento Incentivado com 7,2% depositados em contas vinculadas (Nota Técnica CRFEF 06/2016).

Os valores das Receitas e Despesas oriundas das Contas de Destinação Específica deverão ser excluídos da Base de Cálculo dos Dividendos, dos Juros Sobre Capital Próprio e da Participação no Resultado ao Empregados, conforme previsto no artigo 3º parágrafo 8º da Resolução ARSAE-MG 79/2016.

4. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades de livre gestão e vinculadas estão demonstradas como segue:

	Livre Gestão		Vinculadas		Total	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Banco	963	12.361	726	948	1.689	13.309
Aplicações financeiras	45.645	23.303	108.393	94.045	154.038	117.348
	46.608	35.664	109.119	94.993	155.727	130.657

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário, emitidos por bancos de 1ª linha, possuem rentabilidade indexada à taxa do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, tendo liquidez diária. Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de mercado.

5. Créditos e contas a receber de usuários

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Valores a receber de usuários	49.537	44.441
Valores a receber partes relacionadas	1.776	5.263
Usuarios não identificados (1)	(219)	(209)
Total Contas a Receber	51.094	49.495
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.728)	(13.000)
	<u>34.366</u>	<u>36.495</u>

(1) A conta “usuários não identificados” representa valores recebidos no banco ainda não baixado no sistema da Companhia

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
A vencer	8.176	4.038
Vencidos até 30 dias	11.441	11.127
Vencidos de 31 a 60 dias	3.115	3.971
Vencidos de 61 a 90 dias	1.261	1.593
Vencidos de 91 a 120 dias	993	1.055
Vencidos de 121 a 150 dias	699	702
Vencidos de 151 a 180 dias	579	586
Vencidos acima de 180 dias	23.273	21.369
	<u>49.537</u>	<u>44.441</u>

5.1. Contas a receber de partes relacionadas

Os valores relativos a contas a receber com partes relacionadas estão assim demonstrados:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora	1.762	5.229
Departamento Municipal de Limpeza Urbana	14	34
	<u>1.776</u>	<u>5.263</u>

6. Estoque de materiais

O estoque da Companhia é composto de material de consumo e insumo, a saber:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Material Escritório	58	60
Material de Limpeza e Conservação	18	21
Equipamento de Segurança	30	31
Peças e Acessórios para veículos	6	14
Produtos Químicos	500	523
Ferramentas	27	19
Material Utilizado na manutenção (a)	5.128	3.263
Uniformes	47	48
Materiais para consumo	44	39
Materiais para usinagem	318	318
	<u>6.176</u>	<u>4.336</u>

(a) Os estoques de material utilizado na manutenção referem-se basicamente materiais hidráulicos, elétricos e material de obra para utilização na manutenção do sistema de água e esgoto pela Companhia.

7. Outros valores realizáveis

7.1 Circulante

A conta outros valores realizáveis de curto prazo em 31 de dezembro, estão assim demonstrados:

	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento a Terceiros	1.517	2.009
Adiantamento Empregados	192	77
Convênio a Receber	48	42
Outros Créditos	4	2
	<u>1.761</u>	<u>2.130</u>

7.2 Não Circulante

A conta outros valores realizáveis de longo prazo em 31 de dezembro, estão assim demonstrados:

	31/12/2021	31/12/2020
Tributos a recuperar	3.685	2.318
Outros Créditos	82	82
Despesas antecipadas	66	713
	<u>3.833</u>	<u>3.113</u>

8. Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	31/12/2021	31/12/2020
IRRF s/ aplicações	3.910	3.183
Cofins	2	2
Antecipação de imposto de renda	865	741
Antecipação de contribuição social	1.059	1.198
INSS	48	48
Impostos e Contribuições s/conta água/esgoto	1	1
	<u>5.885</u>	<u>5.173</u>

9. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2021		31/12/2020	
		Custo	Depreciação Acumulada	Total líquido	Total líquido
Terrenos		1.665	-	1.665	1.665
Edificações	4	12.451	(11.618)	833	980
Valor Justo de Edificações	1,43	19.058	(3.555)	15.503	15.776
Veículos	20	3.344	(3.294)	50	61
Máquinas equipamentos	10	8.353	(8.047)	306	484
Ferramentas	20	124	(124)	-	-
Móveis e Utensílios	10	668	(546)	122	134
Equipamentos Informática	10	760	(186)	574	592
Sistema de Água	4	198.548	(99.084)	99.464	99.901
Sistema de Esgoto	4	89.865	(46.664)	43.201	45.068
Inversões Fixas		247	-	247	247
Instalações Investimento Incentivado	4	71.653	(7.276)	64.377	50.775
Arrendamento		1.214	(1.008)	206	961
Obras em Execução Investimento Incentivado		55.391	-	55.391	46.332
Obras em Execução		80.381	-	80.381	48.359
Benfeitorias em Terceiros	10	1.830	(932)	898	950
		545.552	(182.334)	363.218	312.285

A depreciação do exercício apropriada ao resultado de 2021 foi de R\$ 12.418 (R\$ 11.747 em 2020) como custo na atividade e despesas gerais. Os itens de Instalações investimento incentivado e obras em execução investimento incentivado foram criadas pela Agência Reguladora para agrupar os investimentos que devem ter um tratamento regulatório diferenciado.

9.1. Movimentação do Custo

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2021	Adições	Baixas	Crédito PIS COFINS	31/12/2020
		Custo				
Terrenos		1.665	-	-	-	1.665
Edificações	4	12.451	-	-	-	12.451
Valor Justo de Edificações	1,43	19.058	-	-	-	19.058
Veículos	20	3.344	-	-	-	3.344
Máquinas equipamentos	10	8.353	-	-	-	8.353
Ferramentas	20	124	-	-	-	124
Móveis e Utensílios	10	668	16	-	-	652
Equipamentos de Informática	10	760	45	-	-	715
Sistema de Água	4	198.548	5.969	-	-	192.579
Sistema de Esgoto	4	89.865	1.151	-	-	88.714
Inversões Fixas		247	-	-	-	247
Instalações Investimento Incentivado	4	71.653	16.303	-	-	55.350
Arrendamento		1.214	-	(972)	-	2.186
Obras em Execução investimento incentivado *		55.391	13.238	(4.179)	-	46.332
Obras em Execução *	10	80.381	32.415	(393)	-	48.359
Benfeitorias em Terceiros		1.830	-	-	-	1.830
Total Custo		545.552	69.137	(5.544)	-	481.959
Depreciação Acumulada						
Edificações		(11.618)	(147)	-	-	(11.471)
Valor Justo Edificações		(3.555)	(273)	-	-	(3.282)
Veículos		(3.294)	(11)	-	-	(3.283)
Máquinas equipamentos		(8.047)	(178)	-	-	(7.869)
Ferramentas		(124)	-	-	-	(124)
Móveis e Utensílios		(546)	(28)	-	-	(518)
Equipamentos de Informática		(186)	(63)	-	-	(123)
Sistema de Água		(99.084)	(6.406)	-	-	(92.678)
Sistema de Esgoto		(46.664)	(3.018)	-	-	(43.646)
Benfeitorias em Terceiros		(932)	(52)	-	-	(880)
Depreciação Investimento Incentivado		(7.276)	(2.701)	-	-	(4.575)
Arrendamento		(1.008)	(756)	973	-	(1.225)
Total da Depreciação		(182.334)	(13.633)	973	-	(169.674)
Total Líquido		363.218	55.504	(4.571)	-	312.285

- (a) Obras em Execução destinadas ao aumento da capacidade de produção para atender à demanda dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

As baixas tanto do exercício de 2021, referem-se à transferência das obras concluídas para os ativos vinculados ao abastecimento de água e esgotamento sanitário.

10. Intangível

10.1. Composição dos saldos

Em 31 de dezembro, o intangível estava demonstrado como segue:

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2021	31/12/2020
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial	4	1.070	1.070
Cessão de Uso		1.984	1.984
Programa de Informática		939	939
Desenvolvimento Software		1.938	1.938
Total custo		5.931	5.931
Amortização acumulada			
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial		(865)	(843)
Programa de Informática		(82)	(62)
Total depreciação		(947)	(905)
Total líquido		4.984	5.026

10.2. Movimentação do custo

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2021	Adições	Baixas	Crédito PIS COFINS	31/12/2020
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial	4	1.070	-	-	-	1.070
Concessões de Uso		1.984	-	-	-	1.984
Programa de Informática		939	-	-	-	939
Desenvolvimento Software		1.938	-	-	-	1.938
Total custo		5.931	-	-	-	5.931
Amortização acumulada						
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial		(865)	(22)	-	-	(843)
Programa de Informática		(82)	(20)	-	-	(62)
Total amortização		(947)	(42)	-	-	(905)
Total líquido		4.984	(42)	-	-	5.026

11. Fornecedores e Empreiteiros

As obrigações com fornecedores estão relacionadas a gastos com serviços e materiais necessários à execução dos projetos da Companhia. Em 31 de dezembro os saldos estão assim demonstrados:

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedor	1.958	1.196
Empreiteiros (a)	7.882	7.134
Arrendamento veículos	274	1.047
Prêmios de Seguros a Pagar	52	-
Total Circulante	10.166	9.377
Fornecedor	680	416
Total Ñ Circulante	680	416
Total	10.846	9.793

(a) Empresas especializadas na execução de obras na área de saneamento.

12. Empréstimos e financiamentos

Em moeda nacional	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
BDMG - 150.739/11	765	2.602	3.368	637	3.053	3.690
BDMG - 181.638/14	4.479	4.946	9.425	3.750	8.585	12.335
CAIXA 0182288-92/07	273	1.592	1.865	185	1.867	2.052
CAIXA 0056597-36/18	1.818	26.966	28.784	88	1.463	1.551
BNDES	-	-	-	905	-	905
	7.336	36.106	43.442	5.565	14.968	20.533

Em moeda nacional	Encargos	Período Inicial	Período Final	31/12/2021	31/12/2020
BDMG - 150.739/11	8% + IPCA	16/09/2011	16/09/2026	3.368	3.690
BDMG - 181638	7% + IPCA	20/04/2016	20/03/2024	9.425	12.335
CAIXA 0182288-92/07	6% + FGTS	28/12/2007	28/12/2030	1.865	2.052
CAIXA 0056597-36/18	9% + FGTS	31/03/2019	06/08/2038	28.784	1.551
BNDES	1,92% + TJLP	29/10/2012	12/11/2021	-	905
				43.442	20.533

As garantias dos empréstimos e encargos é a arrecadação proveniente do pagamento das tarifas de água e esgoto.

13. Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher estão assim demonstrados:

	31/12/2021	31/12/2020
INSS retido na Fonte	135	148
ISS retido na Fonte	153	140
IRRF	536	505
PASEP	200	190
COFINS	933	879
ISSQN	-	13
Retenção Contribuição Lei 10.833	55	62
IRPJ	65	65
CSLL	12	12
Total Curto Prazo	2.089	2.014
IRPJ (a)	110.454	93.147
CSLL (a)	1.397	1.422
Total Longo Prazo	111.851	94.569
Total	113.940	96.583

14. Obrigações Trabalhistas e Sociais

A conta outros débitos em 31 de dezembro, estão assim demonstrados:

	31/12/2021	31/12/2020
Salários	-	143
Participação no resultado dos empregados	1.236	1.248
SENAI	11	10
Previdência Social	1.005	976
FGTS	328	337
Convênio SESI	40	38
Convênio SENAI	27	26
Décimo Terceiro, Férias e Encargos	5.253	4.499
	7.898	7.277

15. Outros Passivos

A Conta outras obrigações em 31 de dezembro, estão assim demonstrados:

	31/12/2021	31/12/2020
Valores a Restituir Usuários	4.600	3.875
Outros Valores Exigíveis	975	1.769
SENAI Treinamento	83	82
Cauções de Terceiros	79	79
SESI Assistência Social	27	2
Outros Consignados	17	-
Depósito Judiciário	(7)	(2)
Total Circulante	5.774	5.805
Retenções P/responsabilidade solidaria	680	-
Total Não Circulante	680	-
Total	6.454	5.805

16. Obrigações por Concessão de Uso

A Conta por Concessão em 31 de dezembro, estão assim demonstrados:

	31/12/2021	31/12/2020
Concessão de Uso	<u>1.985</u>	<u>1.985</u>
	1.985	1.985

A conta concessão de uso corresponde a contratos de cessão realizados entre a companhia e outros órgãos públicos, onde a CESAMA ocupa áreas cedidas por órgãos públicos sem ônus, apenas os custos de manutenção são custeados pela CESAMA.

17. Provisão para contingências

17.1 Processos com probabilidade de perda provável

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária.

A CESAMA mantém provisão contábil julgada suficiente de acordo com a posição dos assessores jurídicos para fazer face a questões trabalhistas e cíveis nas quais a Companhia é ré. Essas provisões estão apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, da seguinte forma:

	Depósitos Judiciais		Provisões para contingências	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Cível (a)	43	37	5.587	5.714
Trabalhista (b)	<u>310</u>	<u>249</u>	<u>-</u>	<u>14</u>
	<u>353</u>	<u>286</u>	<u>5.587</u>	<u>5.728</u>

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

- (a) A provisão cível refere-se a processos movidos por terceiros contra a Companhia decorrentes de demandas relacionadas a danos materiais e morais, desapropriações, pedidos de reembolsos em relação à prestação de serviços da Companhia e à cobrança de serviços dentre outros.
- (b) As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, adicional noturno, intervalo intrajornadas, horas extras e outras verbas trabalhistas.

17.2 Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia discute outras ações para as quais tem expectativa de desfecho favorável. Para essas ações, não foi constituída provisão para fazer face a eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa.

Os processos em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 38.934 mil, sendo as prováveis reconhecidas como contingências passivas, abaixo os processos divididos por categoria:

Valores em R\$ mil			
Provável	Possível	Remota	Total
5.587	32.809	538	38.934

Os detalhes sobre os processos com probabilidade de perda possível, são os seguintes:

- (a) Os processos cíveis referem-se a processos movidos por terceiros contra a Companhia decorrentes de demandas relacionadas a danos materiais e morais, desapropriações, pedidos de reembolsos em relação à prestação de serviços da Companhia e à cobrança de serviços.
- (b) As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, adicional noturno, intervalo intrajornadas, horas extras e outras verbas trabalhistas.

18. Benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina plano de pensão para seus funcionários, o qual inclui planos de contribuição definida, administrados pela BRADESCO MULTIPENSIONS, entidade fechada de previdência complementar.

18.1 Plano de Contribuição Definida

São planos de benefícios pós-emprego pelos quais uma entidade empregadora/patrocinadora paga contribuições fixadas a uma entidade separada (um fundo) e não terá obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não detiver ativos suficientes para pagar todos os benefícios dos empregados relativos ao serviço dos empregados no período corrente e em períodos anteriores; ou seja, a obrigação legal ou construtiva da entidade empregadora/patrocinadora é limitada à quantia que ela aceita contribuir para o fundo; em consequência, o risco atuarial (que os benefícios serão inferiores aos esperados) e o risco de investimento (que os ativos investidos serão insuficientes para satisfazer os benefícios esperados) recaem sobre o empregado.

19. Instrumentos financeiros

Companhia de Saneamento Municipal – Cesama
Avenida Barão do Rio Branco, 1843/10º andar - Centro
CEP: 36.013-020 | Juiz de Fora - MG | Telefone: (32) 3692-9147

Missão - Planejar e executar a prestação dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, no atendimento à universalização, à sustentabilidade econômica, social e ambiental

a. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos a pagar, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber à vista e a curto prazo, que resultam diretamente de suas operações. A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

(i) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar e depósitos.

a) Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.

b) Risco cambial

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras. A Companhia não mantém operações de “hedge” ou “swap” para se proteger desse risco.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

a) Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para eventuais perdas na sua realização.

b) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente.

(iii) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras dos governos estaduais e federais, e financiamentos no mercado local. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispõe de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais. Os financiamentos destinam-se a obras de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto.

b. Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

20. Partes relacionadas

20.1 Prefeitura Municipal de Juiz de Fora

A Companhia é controlada diretamente pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora com 99,99% das ações e de forma indireta através do Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DEMLURB com 0,01% de ações, totalizando 100% das suas ações.

O detalhamento do saldo de contas a receber de órgãos públicos e os valores faturados no exercício de 2020 estão demonstrados na nota 5.1.

As operações com empresas associadas decorrem de fornecimentos mútuos para financiamentos necessários a suas atividades.

As operações com empresas associadas, relacionadas à atividade operacional da Companhia, foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes e seus saldos patrimoniais podem ser assim demonstrados:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante	<u>1.777</u>	<u>5.263</u>
Contas a Receber	1.777	5.263
Ativo Não Circulante	<u>1.985</u>	<u>1.985</u>
Intangível - Cessão de uso (a)	1.985	1.985
Total Ativo	<u>3.762</u>	<u>7.248</u>
Passivo Circulante	<u>1.985</u>	<u>1.985</u>
Cessão de Uso (a)	1.985	1.985
Total Passivo	<u>1.985</u>	<u>1.985</u>

a) Os montantes de cessão de uso são referentes a imóveis utilizados pelas partes relacionadas, onde a Prefeitura utiliza o imóvel da CESAMA localizado na Av. Independência lojas 992 e 994 e em contrapartida a prefeitura cede o imóvel localizado na Avenida Getúlio Vargas nº 1001 e 8º andar do Edifício Adhemar Resende de Andrade situado a Avenida Rio Branco 1843.

20.2 Operações com pessoal-chave da administração

Os diretores que pertencem ao quadro de empregados possuem os mesmos benefícios dos demais empregados da CESAMA.

A CESAMA adota política de remunerações variáveis a seus diretores e pessoal chave que em 2021, conforme condições previstas nos respectivos contratos determinaram provisão no montante de R\$ 496 e em 2020 no valor de R\$ 593 mil, reconhecidos em rubrica própria.

21. Patrimônio líquido

21.1 Capital Social

Em 24 de maio de 2021 Assembléia Geral Extraordinária aprovou o aumento do capital social da Cesama em R\$ 138.464 mil destinados da Reserva de Investimentos. Dessa forma o capital social, em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 299.464 mil e R\$ 161.000 mil em 2020, representado por 299.464.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, conforme a seguir:

Acionistas	Quantidade de ações	%
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora	299.434.000	99,99%
DEMLURB	30.000	0,01%
	299.464.000	100,00%

21.2 Reserva de Capital

O saldo da conta Reserva Capital não sofreu qualquer alteração em 2021, permanecendo o valor de R\$ 1.416 mil.

21.3 Reserva Legal

A reserva legal tem sido constituída em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76 e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 o montante constituído foi de R\$ 1.839 mil totalizando ao final um saldo de R\$ 17.375 mil.

21.4 Reserva Para Plano de Investimentos

A Reserva para Plano de Investimentos tem sido constituída sobre o saldo remanescente de Lucro Acumulados depois das devidas destinações legais. Em 2021 R\$ 138.464 mil foram destinados para aumento do capital social e R\$ 34.944 mil dos lucros acumulados foram transferidos para sua constituição. Em 31 de dezembro de 2021 seu saldo monta R\$ 34.944 mil.

21.5 Reserva de Incentivos Fiscais

A reserva de incentivos fiscais tem sido constituída por repasses governamentais. No exercício de 2020 o valor da receita de subvenção transferida foi de R\$ 500 mil. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 seu saldo manteve-se em R\$ 4.684 mil.

21.6 Dividendos

A companhia aprovou na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de novembro de 2021 sua política de dividendos e JSCP, portanto foi considerando como direito a dividendos e JSCP o mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei e de seu Estatuto Social, podendo este ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia.

Garantindo a sustentabilidade da Companhia, sendo os limites e critérios estabelecidos em conformidade nos termos da Lei 13.303/16, que estabelece o regime jurídico das estatais, da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.) que rege os dividendos, Lei 9.249/95 que rege os JSCP, no Estatuto Social da Companhia e em deliberações do conselho de administração e/ou assembleia geral da Companhia.

Para atender a essa disposição estatutária, entende-se que os juros sobre capital próprio propostos cobrem o montante requerido, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2021
Lucro Líquido	51.033
JSCP	(14.250)
	<u>36.783</u>
Reserva Legal (5%)	(1.839)
Tarifa Subsidiada	(22.580)
Despesas Tarifa Subsidiada	4.794
Base de Cálculo dos Dividendos	<u>17.158</u>
Mínimo a distribuir (25%)	4.289
JSCP+Dividendos	14.250

22. Receita operacional líquida

A receita bruta da companhia é decorrente de dois segmentos de negócios, do serviço de abastecimento de água potável e o esgoto sanitário, que estão distribuídos a saber:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Serviços de Água	<u>147.996</u>	<u>145.778</u>
Tarifa de Água	143.538	142.588
Ligações	3.563	2.922
Cortes e Sanções	135	39
Ampliações Redes	610	11
Outros Serviços Técnicos	150	218
Serviços de Esgoto	<u>94.194</u>	<u>93.443</u>
Tarifa de Esgoto	93.499	92.856
Ligações	111	79
Ampliações Redes	582	501
Outros Serviços	2	7
Receita Bruta	<u>242.190</u>	<u>239.221</u>
Cancelamentos	(3.396)	(2.966)
Pis sobre faturamento	(3.998)	(3.926)
Cofins sobre faturamento	(18.503)	(18.127)
ISS sobre Serviços	(71)	(115)
	<u>(25.968)</u>	<u>(25.134)</u>
Receita Líquida	<u>216.222</u>	<u>214.087</u>

23. Custo dos serviços prestados

Os custos incorridos com a prestação de serviços de água e esgoto podem ser assim demonstrados:

	31/12/2021	31/12/2020
Custos dos Sistemas		
Sistema de Água	54.937	54.476
Pessoal	3.551	9.670
Material e Insumos	6.238	5.945
Serviços de Terceiros	14.970	10.663
Despesas Gerais	21.272	20.018
Depreciações e Amortizações	8.906	8.180
Sistema de Esgoto	13.677	11.240
Pessoal	2.337	1.787
Material e Insumos	1.281	1.378
Serviços de Terceiros	5.931	4.459
Despesas Gerais	1.326	836
Depreciações e Amortizações	2.802	2.780
Total dos Custos do Sistema	68.614	65.716

24. Despesas gerais e administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas estão demonstradas como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Administrativas		
Pessoal	59.051	52.002
Materiais e Insumos	1.499	1.216
Serviços	9.743	8.173
Depreciações / Amortizações	1.461	1.484
Baixa de Créditos/PCLD	3.728	5.430
Energia Elétrica	358	347
Provisão P/Contingência	(141)	(703)
	75.699	67.949
Gerais	599	661
Total	76.298	68.610

25. Resultado Financeiro

O resultado financeiro está demonstrado como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita Financeira		
Rendimento Aplicações	7.021	2.482
Ascrécimo por Impontualidade	1.254	1.437
Descontos Obtidos	250	191
	8.525	4.110
Despesa Financeira		
Encargos Financiamento	(3.471)	(2.362)
Tarifa com Cobrança de Faturas	(2.075)	(2.086)
Outras Despesas Financeiras	(21)	(13)
	(5.567)	(4.461)
Resultado Financeiro	2.958	(351)

26. Imposto de renda e contribuição social

26.1 Imposto de renda

A Companhia impetrou Ação Ordinária obtendo liminar favorável a suspensão da obrigatoriedade do recolhimento do IRPJ, alegando condição de empresa pública municipal responsável pela distribuição, coleta, tratamento de água potável e esgoto, devendo ser protegida pela imunidade tributária prevista no art.150, inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal de 1988. Em maio de 2010 foi deferida Tutela Antecipada pela Juíza Federal Titular da 3º Vara de Juiz de Fora a favor da Companhia, ação esta que se encontra no Tribunal Regional Federal da Primeira Região para conclusão. Neste sentido, a CESAMA não contabilizou e não recolheu o IRPJ devido a partir do mês de maio de 2010 até o encerramento do exercício. O valor apurado em 2021 foi de R\$ 15.252, o valor apurado até a presente data é de R\$ 110.454 (vide nota 13), registrado na conta no Passivo de Longo Prazo - IRPJ.

26.2 Contribuição Social

O valor registrado como despesa de Contribuição Social nas Demonstrações financeiras está calculado conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	57.560	77.213
Adições		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.728	5.430
Provisão para contingências		-
Apoio institucional	22	7
Outras adições	81	50
	3.831	5.487
Exclusões		
Receita de Subvenções		501
Reversão para contingência	142	703
Juros sobre capital próprio		12.042
Outras exclusões		954
	142	14.200
Base de Cálculo	61.249	68.500
Aliquota - 9%	5.512	6.165

27. COVID-19

As medidas de isolamento social decorrentes dessa pandemia afetaram o ambiente econômico global. Dentro deste cenário, o momento exige o monitoramento constante das condições de mercado e redução de custos.

A Entidade em linha com as orientações e recomendações da OMS e do Ministério da Saúde, tomou providências para preservar a saúde de seus colaboradores e apoiar na prevenção ao contágio em suas áreas operacionais e administrativas que incluem a adoção de teletrabalho;

rigorosa higienização dos locais de trabalho, distribuição de equipamentos de proteção individual (EPIs) específicos, testagem de casos suspeitos e medição de temperatura corporal.

O Governo Federal, por sua vez, implementou uma série de medidas, no país, para fazer frente aos efeitos econômicos colaterais, impostos pela pandemia, de dimensões crescentes e ainda incertas que paralisaram, em algum momento, as atividades mundiais, com objetivo de auxiliar o setor produtivo, dentre as quais se destacam: (i) PIS e Cofins e INSS-Contribuição Patronal - tiveram os valores devidos das competências de março a maio de 2020, diferidos para recolhimento em agosto, outubro e novembro de 2020, respectivamente; (ii) FGTS - teve o recolhimento das competências de março a maio diferidas em seis parcelas iguais a pagar de julho a dezembro de 2020; (iii) Sistema S - redução de 50% da alíquota para as competências de abril a junho/2020; e (iv) IOF Crédito – redução de 3% para zero nas operações realizadas entre 3 de abril e 2 de outubro de 2020.

A Entidade tem mantido constante monitoramento do cenário atual e dos seus desdobramentos sobre o mercado de saúde suplementar, em especial o segmento de planos odontológicos, ressaltando que, diante da gravidade, imprevisibilidade e ineditismo do assunto, são necessárias ações de todos os agentes econômicos, de forma a reduzir os impactos para a sociedade.

Como resultado da implementação de medidas de monitoramento constante e redução de custos, a Entidade, estima que manterá equilibrado seu fluxo de caixa. Com isso, acredita ter recursos adequados para continuar suas operações no curto prazo e médio prazo, deste modo, o pressuposto de *going concern* foi aplicado na preparação das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2020.

Os impactos da COVID-19 e da alteração no ambiente econômico foram avaliados na preparação dessas demonstrações financeiras. A Entidade entende que as informações sobre as estimativas e julgamentos relevantes, que requerem elevado nível de julgamento e complexidade em suas aplicações, não afetaram materialmente a situação financeira e os resultados da Entidade, inclusive tendo sido revisadas para as demonstrações financeiras ora apresentadas, a fim de determinar a necessidade (ou não) de eventuais mudanças em premissas e julgamentos decorrentes das atuais condições de mercado. A Entidade entendeu que não houve necessidade de eventuais mudanças nas premissas e julgamentos atualmente adotados, ou de ajustes nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2020.

Não ocorreram alterações de premissas no reconhecimento dos contratos de receita com clientes; e permanece a expectativa de conclusão da obrigação pelo cliente no vencimento de cada mensalidade, classificada como sendo altamente provável, sujeita apenas ao cumprimento das condições precedentes que constam dos contratos. Os clientes não indicaram a intenção de descumprimento ou revisão dos termos e condições contratuais assinados, e no âmbito do contencioso jurídico da Entidade, não há casos relacionados ao COVID-19 com risco de desembolso financeiro que impactem diretamente às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

28. Seguros

A Companhia não mantém contratos de seguros para coberturas de eventuais perdas decorrentes de incêndios e outros multiriscos sobre seus ativos e responsabilidades, há

Companhia de Saneamento Municipal – Cesama
Avenida Barão do Rio Branco, 1843/10º andar - Centro
CEP: 36.013-020 | Juiz de Fora - MG | Telefone: (32) 3692-9147

Missão - Planejar e executar a prestação dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, no atendimento à universalização, à sustentabilidade econômica, social e ambiental

apenas contratos de seguros para seus veículos, incorrendo em coberturas de eventuais perdas decorrentes de incêndios e outros multiriscos para os demais ativos e responsabilidades.

Não ocorreram durante o exercício perdas significativas decorrentes dos riscos acima mencionados.

Companhia de Saneamento Municipal – CESAMA

Júlio César Teixeira
Diretor Presidente

Rafaela Medina Cury
Diretor Financeiro e Administrativo

Márcio Augusto Pessoa Azevedo
Diretor Técnico Operacional

Marcelo Mello do Amaral
**Diretor de Desenvolvimento e
Expansão**

Robson Dutra Ferreira
Contador
CRC-MG 070057